

O grande tédio do general solitário



A sombria velha do Planalto

Na rotina encarcerada do Planalto, onde vive há quase 14 anos, ou no silêncio da Granja do Torto, onde só se pode ouvir os grilos e os sapos, o general-presidente é um homem solitário e triste. A solidão do poder o irrita. Magoa-o a incompetência de seus ministros, insensíveis e desorientados diante da crise. Humilha-o o cerco dos médicos, desde que adoeceu do coração. Imóvel diante de seus cavalos, que já não pode montar, o general-presidente não mais sorri, a não ser quando, despreocupado, cuida de suas hortaliças ou conversa sobre assuntos fúteis com os ajudantes-de-ordens, seus únicos companheiros nos fins de semana, quando não está no Rio ou não recebe a visita de seus dois amigos civis que não têm nada a ver com aquilo — principalmente aqueles que os outros chamavam de “os turcos” até sábado passado, quando um deles, José David Gonçalves da Silva, foi assassinado com um tiro no pescoço por seu adversário num jogo de cartas, um certo Balano. Agora só sobrou um “turco”: Georges Gazale, que o visitou, solícito, na sua tensa e dolorosa convalescência em Cleveland.

O general-presidente é o centro do poder de Corte, mas o poder, é público e notório, enfastia-o, tanto que ele já não o exerce, ou não o exerce plenamente. Como nos tempos de um de seus antecessores, o general Médici, quem comanda o governo na verdade é seu chefe da Casa Civil; o ministro do Planejamento cuida da economia; o ministro-chefe do SNI cuida da segurança, com o apoio do chefe da Casa Militar e do ministro do Exército. Fora do Palácio do Planalto, onde se situa o poder, há ainda um ministro da Justiça, que ultimamente perdeu a qualificação de coordenador político da Corte, e um líder do partido situacionista, o PDS, que se aliou ao chefe da Casa Civil e enfrenta, internamente, uma aliança do chefe do SNI e do ministro da Justiça. Brigas internas.

A crise pela sucessão do poder na Corte dividiu os cortesãos em duas correntes: a primeira defende uma posição dura contra os opositores; a segunda admite uma negociação, para que não se aprofunde ainda mais o abismo já existente entre a Cidade e aquele país distante, onde nos últimos meses cresceu, assustadoramente, uma insólita mobilização contra a existência desse abismo.

Há mais candidatos ao posto de Chefe da Corte do que é possível abrigar sob as asas do partido, e nem sempre eles jogam limpo na encarniçada disputa pelo poder. Tamanha confusão desgosta o general-presidente, e não é à toa que, nas tediosas audiências do Planalto ele permanece mudo diante dos interlocutores, tamborilando com os dedos sobre a mesa ou olhando obsessivamente o relógio. Sua irritação é tamanha que muitos de seus ministros têm medo de enfrentá-lo e sempre perguntam pelo humor do Chefe antes de seus despachos.

Anos atrás, ainda nos primeiros dias da era Médici, havia no Palácio do Planalto, na ante-sala do gabinete presidencial, um quadro a óleo representando uma velha de olhar sornio e triste, xale ao ombro e medalhão com uma cruz-de-malta no pescoço. Era um quadro do pintor Bryan Kneale, que o dera de presente ao construtor da cidade, Juscelino Kubitschek, em 1960. Corre a lenda de que a velha de olhos frios desde então provocou uma série de desgraças no Planalto.

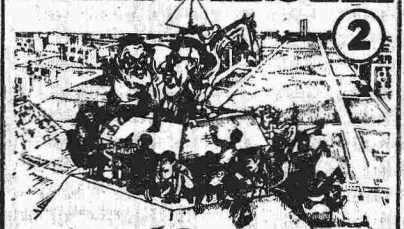
Seu primeiro dono perdeu os direitos políticos e morreu em desastre automobilístico; seu sucessor renunciou; o seguinte foi deposto; o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, que o suce-

deu temporariamente, não foi reeleito; o marechal Castelo Branco escapou de seu azar, mas só enquanto no governo — tão logo saiu morreu tragicamente, em desastre aéreo. Seu sucessor adoeceu e não completou o mandato, morrendo a seguir. Uma funcionária pediu a um ajudante-de-ordens, major Aécio, que desse um sumiço no retrato da velha: o militar riu, disse que a velha era sua madrinha e dias depois morreu num desastre de automóvel. Houve ainda uma sucessão de mortes trágicas até que, supersticioso, o general Emílio Médici mandou substituir o retrato da velha pela fotografia de um avião Bandeirante.

Onde está hoje o retrato da velha? Ninguém sabe, mas já existe quem o esteja procurando. Pode estar próximo, e é quase certo que esteja — da última vez em que foi visto encontrava-se no almoçarifado do Palácio —, pois continua espalhando azar. Principalmente neste terceiro andar do Palácio, onde trabalham, além do general-presidente, cerca de 60 pessoas. No andar de cima, o quarto, trabalha o chefe do SNI, num gabinete de 64 metros quadrados de cujas janelas se pode ver o lago e o Palácio da Alvorada.

Aqui neste Palácio os chamados ministros da Casa reúnem-se todas as manhãs, às nove horas, com o general-presidente. São seis homens — quatro gerais e dois civis — decidindo, em nome de outros poucos, os destinos daqueles 120 milhões que moram naquele país problemático e distante, tão diferente da Corte.

A ILHA DA FANTASIA



Por
LUIZ FERNANDO EMEDIATO
Enviado especial

São seis homens poderosos, mas não decidem sozinhos. Onde se situa, então, o centro gerador do poder que se exerce neste Palácio, quase todos os dias, às nove horas da manhã? Este centro não está, todos concordam, no Congresso, aquele barulhento lugar onde 548 senhores se agitam, gritando numa linguagem empolada e fora de moda, embora, ocasionalmente, possam incomodar com seus rugidos — ocasião em que o Planalto sempre ameaça com medidas de emergência, furacões e trovoadas.

Um militar de alta patente, assessor graduado de um ministro também militar, afirma que a corporação sozinha já não comanda o processo, embora interfira, e até com algum rigor. O poder econômico? Também não: os empresários, de uma maneira geral, nos últimos tempos têm até se rebelado contra o autoritarismo das olímpicas decisões da Corte, nem sempre favoráveis à livre empresa, ao capitalismo que se quer modernizar num país dilacerado pela crise econômica.

Os ministros? O principal deles, o do Planejamento, já disse uma vez frase exemplar: “Nós somos ministros, mas quem decide realmente é o quarto escalão”. Não brincava: quando se discutem, na reunião das nove, as ques-

tões que interferirão na vida de todos os habitantes do País, elas já foram analisadas pela frondosa tecnocracia e pelo cuidadoso corpo dos homens da comunidade de informações. Eles são o poder. Eles fazem as leis. Eles fecham os negócios. Eles redigem os papéis que aqueles seis homens assinam. E eles são assaltados, diariamente, pelas milionárias propostas dos aventureiros que buscam os negócios especiais, ou querem, de uma forma ou outra, também participar da alegre vida na Corte.

Os supertecnoburocratas, uma categoria nova na história recente da Corte, espalham-se, num emaranhado kafkiano, pela Esplanada dos Ministérios e pelas 498 empresas estatais, onde trabalham, olímpicos, sem prestar contas a ninguém e indiferentes a quase tudo o que os ameaça. A maior parte deles sabe que continuará ali mesmo se um dia a oposição ganhar o poder, ou pelo menos acredita nisso.

O poder de controle do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco Central sobre a economia do País e a vida das empresas privadas gerou uma estrutura ditatorial que ampara e desampara grupos econômicos com igual desenvoltura: dependendo, portanto, das conveniências, um grupo cresce enormemente — e de repente, se as conveniências mudam, ele desaba.

Ao lado desse monstro tentacular, outro monstro cresceu: a comunidade de informações. “Sim, gerei um monstro”, admite hoje o primeiro chefe do SNI e seu criador, aquele bruxo agora fora do poder oficial, mas a cujo gabinete todos vão — políticos, jornalistas, empresários — em busca de bússola, orientação nesse agitado e confuso mar de intrincadas teias.

Este, então, é o Planalto. Ali adiante, na Esplanada dos Ministérios, o alto assessor militar de um ministro também militar analisa o poder e argumenta: “Dizem que fomos uma ditadura militar. Não é verdade. Houve, sim, uma ditadura financeira, num regime fechado, com a inflação mantida a 12% ao ano e todo o poder nas mãos de um ministro, o Delfim. Deu certo e ninguém reclamou. Agora, com a transição e a crise, todos reclamam”.

Para este oficial, trabalhar abertamente é mais difícil, e como, de certa forma, as instituições foram abertas, a tecnocracia se confunde e perde a coordenação, já que não aprendeu a delegar. “A realidade hoje é outra, a calma foi substituída por um ambiente assolado por furacões e trovoadas”, continua o militar, com sua espessa linguagem cifrada. E conclui: “É mais fácil trabalhar com portas fechadas do que abertas”.

Existe democracia aqui? — pergunta o mesmo oficial. E ele mesmo responde: “Se a democracia é o equilíbrio dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, então não há democracia, pois, pelo menos um deles, o Judiciário, não funciona”. E, olhando de sua janela para a direção do Palácio da Justiça, ele diz: “Os juízes ali são velhinhos e lentos. A Justiça é morosa. Veja estes escândalos envolvendo inclusive gente do governo, o caso Capem, o estouro da Coroa-Brastel. A Justiça não se pronuncia e tudo continua igual”.

Democracia, conclui o oficial, só pode existir com Justiça. “Por isso eu digo que os políticos — que vêm para cá querendo tirar proveito pessoal da situação — deviam preocupar-se menos com eleições diretas e mais com a Justiça.” E olha, então, de sua janela, para o centro da praça dos Três Poderes: lá está o Congresso e seus agitados habitantes. Vamos conhecê-lo.



Os donos do poder

João Figueiredo, o presidente, a quem os demais chamam de “Chefe”, e os ministros “da casa”, que se reúnem a sós, numa sala, para decidir os destinos de 120 milhões de outros: os generais Octávio Aguiar Medeiros, Danilo Venturini e Rubem Ludwig, e os civis Leitão de Abreu e Delfim Netto. Figueiredo está cansado. Medeiros não admite negociação. Venturini e Ludwig, embora menos “duros”, estão com ele. Leitão, de quem Medeiros não gosta, quer negociar com a oposição. Enquanto isso, Delfim conduz, solitário e onipotente, a política econômica.